

**PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI Nº 1.270  
- DF (2019/0074827-1)**

**RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**REQUERENTE : ANTONIO XAVIER DA COSTA NETO**  
**ADVOGADO : JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO E OUTRO(S) -**  
**RN005291**  
**REQUERIDO : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA**

**DECISÃO**

Trata-se de Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei em que se discute a concessão do benefício da Justiça Gratuita.

É o **relatório**.

**Decido.**

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 29.3.2019.

Não há como admitir o pedido, pois não cabe este incidente contra decisão monocrática do Presidente da TNU.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ACÓRDÃO DA TNU. INEXISTÊNCIA. INADMISSIBILIDADE DO INCIDENTE. 1. O pedido de uniformização de jurisprudência somente é cabível contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização - TNU que tenha analisado o direito material. Na hipótese, o incidente foi ajuizado contra decisão monocrática do Presidente da TNU que negou provimento ao agravo, sob o fundamento de que "a parte requerente não trouxe a cotejo nenhum aresto paradigma da jurisprudência dominante ou enunciado de Súmula do STJ". 2. Portanto, não há como conhecer do pedido de uniformização apresentado contra decisão monocrática do Presidente da TNU. 3. Agravo regimental improvido.

(AgRg na Pet 10.463/PE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/05/2014, DJe 02/06/2014)

Além disso, a controvérsia deduzida é relativa a direito processual, não observando o art 18 da Lei 12.153/2009 (cabimento sobre questões de direito material).

Pelo exposto, **não conheço do Pedido de Uniformização.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 30 de maio de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN  
Relator

